étricas, de novas construções de prédios, tudo enfim em benefício geral da Estrada. Esta a explicação que queria dar.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Nobre deputado Costábile Romano, respeitosamente o convido a estudar o assunto. Vale a pena o exame de V. Exa., que ignora totalmente o problema. Daí a razão por que perdôo sua assertiva. Perdoo porque ignora. Mas V. Exa. está convidado a estudar o assunto. Nesse "deficit" não entram as despesas a que V. Exa. se referiu. V. Exa. afirmou isto porque desconhece. Se conhecesse, não afirmaria. Não entram essas despesas, nobre deputado Costábile Romano Estou explicando a V. Exa. que as despesas a que se referiu não entram neste cômputo. Por que não entram? Porque foram financiadas com outras fontes de recursos. Preste bem atenção, nobre deputado Costábile Romano. V. Exa. que vai dedicar alguns minutos, futuramente, ao estudo dêste problema. Estas obras foram financiadas por outras duas fontes de recursos, que não se computam aqui: uma é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que financiou as obras de eletrificação, de renovação do material rodante, de aquisição de locomotivas. Tôdas as obras a que V. Exa. se referiu. Qual foi êsse empréstimo? 1 bilhão, 153 milhões e 481 mil cruzeiros. Outra fonte: a Sorocabana foi financiada, para essas despesas de aquisição de locomotivas e vagões, por outro empréstimo, agora do Eximbank: 8 milhões e 320 mil dólares concedidos pelo Eximbank à Sorocabana. Por aqui se vê que o nobre deputado Costábile Romano está jejuno no assunto, inteiramente jejuno. Não leu a matéria. Desconhece o problema. Daí a razão do seu aparte. O "deficit" da Sorocabana, o descalabro, é descalabro mesmo, é "deficit" mesmo. "Deficit" de operação, receita e despesa. Não para a renovação do material rodante, nem para o melhoramento da linha. Não. Para isto o financiamento veio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Eximbank. E' inépcia mesmo. E' falta de capacidade administrativa. O governador não é administrador, não entende nada do assunto e tem secretários piores do que êle, como êste Secretário da Viação, o "brigadeiro do ar", o Secretário aéreo Faria Lima. Diz V. Exa. que a Sorocabana nunca fôra melhorada antes. E como dava superavit? Com linhas antiquadas? Com material rodante obsoleto? Com sistema de tráfego condenado? E como deu superavit? E agora, com os melhoramentos todos citados pelo nobre deputado Costábile Romano, com todos êsses melhramentos há deficit! Deficits que se acumulam! Como se explica o mistério e o milagre? Então se melhora uma estrada para aumentar o deficit ou para dar superavit? É uma mágica esquisita esta do professor de finanças, a mágica de melhorar uma estrada de ferro até fazê-la dar deficit. Nunca se viu isto em matéria administrativa. Só a inépcia de Carvalho Pinto, acolitado nesta Casa por deputados que desconhecem o assunto, como o nobre deputado Costábile Romano, que permitem isso.

A Sorocabana, no Govêrno Jânio Quadros, deu de deficit 1 bilhão, 97 milhões, 626 mil, 724 cruzeiros e 70 centavos. No govêrno anterior havia dado um superavit médio de 188 milhões. No govêrno de Jânio Quadros houve o mágico das finanças, Prof. Carvalho Pinto, aliado ao Brigadeiro do Ar Faria Lima, e ambos reunidos, conjuntamente, conjugando suas inteligências e somando suas capacidades administrativas, fizeram a Sorocabana dar um deficit de 1 bilhão e meio, fora os empréstimos que nem Ademar nem Garcez nunca solicitaram para a Sorocabana. Nenhum empréstimo. Êsse regime foi inaugurado por Jânio, o recuperador das finanças paulistas. O povo acreditou. Votou nele.

Neste ano de 1960, a receita da Sorocabana é de 4 bilhões, nobre deputado Costábile Romano e outros Srs. deputados. A receita é de 4 bilhões. Sabem qual é a despesa orçada, inscrita neste orçamento vigente? E' de 5 bilhões e 834 milhões. O deficit orçado para êste ano na Sorocabana, que sempre havia dado superavit, o deficit para êste ano é de 1 bilhão e 834 milhões. E dizem que está recuperada a Sorocabana!

Que govêrno é êste, nobre deputado Costábile Romano? Que govêrno é êste, que lança a Sorocabana neste descalabro financeiro? Dirá S. Exa.: Mas êle melhou a linha, comprou locomotivas novas, comprou vagões. Então, deve dar lucro, não prejuízo. Qualquer vendedor de esquina sabe disso. Deve ser acrescidos mais 1 bilhão e 280 milhões que o orçamento de 1960 também consigna à EFS. Ao todo, pois, são 3 bilhões e cem milhões de "deficit" neste ano.

Mas êsse deficit não é tudo. Agora vem o reajustamento. E o Professor Carvalho Pinto pede mais 400 milhões para a Sorocabana. O deficit da Sorocabana, êste ano, irá, portanto, a 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros! Três bilhões e 500 milhões de cruzeiros! Êsse o "deficit" da Sorocabana, que era o orgulho do sistema de transporte no Brasil! Essa é a administração de Jânio Quadros e Carvalho Pinto, unidas, somadas.

Dizem que um é grande administrador; o outro, professor de finanças. Nas Arábias, Srs. deputados! Fruto de propaganda, de publicidade régiamente paga, a embair também V. Exas., que não têm tempo de compulsar êsses dados todos, dado o acúmulo dos trabalhos parlamentares. Mas não podem negar a evidência das cifras. Elas falam a linguagem irretorquível da verdade financeira. Quem poderá desvirtuar isso? Quem poderá negar que a Sorocabana, que Jânio Quadros recebeu com aquêle fabuloso superavit que há pouco referi, deu êste ano, de prejuízo, 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros?

Recuperação financeira, sim, com matéria paga nos jornais com horas de televisão, a 10 mil cruzeiros por minuto, com o Canal 5, de Victor Costa Filho, que foi incluído no Plano de Ação com a sua coleção de passarinhos, para dar-lhe sonoridade! Plano canoro de Carvalho Pinto! Assim se paga a publicidade, assim mentem ao povo.

Êssês dados aqui estão, Srs. deputados. Confrontem-nos, examinem-nos, verifiquem-nos, analisem-nos. E venham falar de outros govêrnos, depois disso. "Todos foram ladrões e corruptos. Jânio inaugurou o período de honestidade e recuperação administrativa"! Tudo isso entre aspas.

Quanta mentira! Quanta mistificação! Quanta farsa está sendo apresentada no palco da política brasileira por êste comediante número 1, Jânio Quadros, e pelo seu acólito, Carvalho Pinto! O aluno está ultrapassando o mestre na utilização dos processos mistificadores e fraudulentos!

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Mesa pede licença para interromper o orador, a fim de informá-lo que lhe resta apenas um minuto do seu tempo.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho de examinar, ainda, a Araraquarense, a Campos do Jordão, a São Paulo-Minas, a Bragantina e a Mogiana, para dar a V. Exas. uma visão sintetizada do descalabro em que se encontram as ferrovias de São Paulo, desde o govêrno de Jânio Quadros. Dado por dado, cifra por cifra, tirados exclusivamente de documentos oficiais. Sei que tudo será inútil, pois o "Diário Oficial", único jornal de São Paulo que publica alguma coisa sôbre a verdade do que se passa neste Estado em matéria administrativa e financeira, não é lido pelo povo do. A outra imprensa — pesa-me dizê-lo, mas é a constatação da verdade — teceu em tôrno da minoria parlamentar uma cortina intransponível e impenetrável.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Peço licença para informar ao nobre orador que seu tempo está esgotado, mas que S. Exa. poderá ocupar a tribuna por mais 60 minutos, por cessão de tempo do nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Obrigado Sr. Presidente. Obrigado também ao nobre colega Jéthero de Faria Cardoso, bem como aos deputados Luciano Lepera e Geraldo de Barros, que me honraram com cessões dos respectivos períodos de tempo, a fim de que eu possa permanecer nesta tribuna. A todos agradeço e espero poder retribuir logo mais.

Sr. Presidente, antes de prosseguir no exame desta matéria, solicito a V. Exa. convoque outros Srs. deputados, para o que requeiro uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder à verificação de presença solicitada pelo nobre deputado. Convido os deputados Mário Telles e Celso Fortes do Amaral para auxiliar a Mesa nesse trabalho.

— E' feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença referida pelo nobre deputado Hilário Torloni 31 Srs. deputados. Há número regimental para prosseguimento dos nossos trabalhos. Continua na tribuna S. Exa. o nobre deputado Hilário Torloni.

O SR. HILÁRIO TORLONI — O retrato da situação em que se encontra a Estrada de Ferro Sorocabana aí está.

O Sr. Costábile Romano — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HILÁRIO TORLONI — Com prazer, nobre deputado Costábile Romano.

O Sr. Costábile Romano — Na brilhante exposição que vem fazendo, tratando da Estrada de Ferro Sorocabana, V. Exa. desejou convencer a Casa de que no Govêrno do Sr. Jânio Quadros, no ano de 1957, houve um deficit de cerca de 500 milhões de cruzeiros. V. Exa. fêz esta declaração computando algarismos, tentando provar que êsse deficit era proveniente de descalabro a que levou a administração do ex Governador de São Paulo. V. Exa., brilhante como com a facilidade de argumentação que possui, quase convenceu a Casa. Os Srs. deputados se impressionaram. Mas eu tenho em mãos, Sr. deputado Hilário Torloni a mensagem enviada pelo Governador Jânio Quadros à Assembléia Legislativa de São Paulo, em 14 de março de 1958. V. Exa. também deve tê-la.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Não está em minhas mãos, mas tenho.

O Sr. Costábile Romano — A página 300 dessa mensagem V. Exa. poderá ler o seguinte: "O deficit resultante, da ordem de 480 milhões de cruzeiros, se explica pela obrigação, imposta à Estrada pela lei orçamentária dêste exercício, de pagar a complementação dos proventos dos inativos e pensionistas, atribuição da Secretaria da Fazenda até o ano de 1956, e também pela modificação do sistema de escrituração da receita do café, que passou a ser contabilizada depois da sua efetiva arrecadação. Em consequência, o café despachado em 1956 já constituíra receita dêsse exercício e o despacho em 1957 sòmente terá os seus fretes arrecadados (preste bem atenção V. Exa., Sr. deputado) em 1958 e entrará na receita dêste exercício". Veja V. Exa., Sr. deputado, que o então governador do Estado, Sr. Jânio Quadros, hoje Presidente da República eleito pela vontade do povo brasileiro mandou para esta Casa essa mensagem e não disse que não existia deficit. Veja V. Exa. que esta Casa, desde 1958, tinha conhecimento do deficit. Portanto, vê V. Exa. que não é novidade para a Assembléia Legislativa de São Paulo êsse deficit que tanto V. Exa. apregoa.

Sr. deputado, atente para esta particularidade, que V. Exa. omite, mas que consta da mensagem enviada a esta Casa pelo ilustre Governador Jânio Quadros. Nela verifica-se que está claro e evidenciado que houve um saldo de Cr$ 108.000.000,00, no ano financeiro da Estrada de Ferro Sorocabana portanto cai por terra e evidenciado fica que sua argumentação que teve o condão de impressionar alguns colegas, e por mim fica demonstrada a inoportunidade de suas assertivas em tôrno do assunto em debate.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Está aí a confissão. A Sorocabana estava em regime de superavit. E agora confessa o nobre deputado Costábile Romano que de fato estava em regime deficitário de meio milhão daquele ano de 1958.

Não preciso mais prosseguir na análise da Sorocabana. De regime de superavit, entrou no descalabro do regime deficitário. Era exatamente o que eu dizia e que V. Exa. vem comprovar. Não é preciso mais nada. V. Exa. leu na própria mensagem do Sr. Governador.

Mas o próprio Tribunal de Contas já chamou a atenção do Govêrno para êste regime caótico em que mergulharam as ferrovias no quadriênio Jânio Quadros. E' o parecer do ilustre ministro Alcindo Bueno de Assis, sôbre o exercício de 1958, que a fôlhas 9 diz o seguinte, ao falar sôbre as entidades que prestam serviços industriais que são principalmente as ferrovias do Estado (Lê) "O exame do demonstrativo que apresento sugere fundadas razões, pelas quais há estradas de ferro que recebem suplementos algumas vêzes superiores à receita que produzem". Há estradas de ferro recebendo mais dinheiro da Fazenda do Estado do que a própria receita que auferem. Que quer dizer isso? Caos, descalabro, inépcia administrativa, agora confessada pelo nobre deputado Costábile Romano.

E diz agora o Tribunal de Contas, no parecer: "Se dado o regime em que operam êsses órgãos industriais, deve o Estado arcar com o ônus dos deficits que produz, é de todo aconselhável se estudem as causas dessas deficiências para eliminá-las, se possível, ou, encontradas, reduzi-las às suas proporções mínimas." Quer dizer, é o próprio Tribunal de Contas que se mostra impressionado com o regime de deficits em que vem operando as ferrovias do Estado e sugere ao Governador que mande investigar as causas dêsses deficits para eliminar, se possível, as deficiências, ou, pelo menos, reduzi-las. O Tribunal de Contas também está revelando que o regime é de descalabro financeiro. E' o Tribunal de Contas que afirma. E' o nobre deputado Costábile Romano que reafirma, lêndo mensagem do Governador. Exatamente o que eu estava falando.

Argumentei com a Sorocabana, que era um orgulho do nosso Estado pelo regime de superavit que apresentava, exemplo para as demais ferrovias do país, chegando em 1954 a um superavit maior que o de tôdas as ferrovias do Brasil. Assim Jânio Quadros recebeu a Sorocabana, conforme o nobre deputado Costábile Romano acaba também de informar à Casa.

Creio que posso agora passar a um estudo mais ou menos rápido da Estrada de Ferro Araraquarense. A Araraquarense, no regime anterior de Garcez, já estava em regime de deficit. A estrada não estava dando lucro. O deficit, segundo a mensagem do Sr. Governador de 14 de março de 1955, fls. 98, era de Cr$ 21.000.000,00. Sabem V. Exas. para quanto foi em 1958? Foi para Cr$ 284.230.000,00! O deficit da ferrovia multiplicou-se treze vêzes no govêrno de Jânio Quadros. E nesse período a Araraquarense recebeu dois empréstimos que aqui não estão computados. Êste é o deficit operacional. Não inclui os empréstimos. A Araraquarense recebeu do B. N. D. E. Cr$ 407.797.400,00 e do EXIMBANK três milhões e trezentos e sessenta mil dólares. A Assembléia autorizou os dois empréstimos. Conhece, portanto, êsses fatos. Que administrador é êsse? Isto não é um descalabro? Não é ruína financeira? Claro que sim! Este ano a Araraquarense vai mal. O Orçamento que nós votamos nesta Casa e cujas fôlhas já citei, consigna para a Araraquarense uma receita de Cr$ 390.000 000,00 e uma despesa de Cr$ 695.600.000,00. Há um deficit portanto de Cr$ 305.600.00,.

Jânio recebeu a Araraquarense com um deficit de Cr$ 21.000.000,00. E a Araraquarense foi melhorada, seu equipamento foi modernizado por meio dêsses empréstimos que a Assembléia autorizou. Não era para dar superavit, para haver ao menos um equilíbrio nas finanças? Como se explica êsse deficit, senão por desídia, ou inépcia administrativa? Como negar a evidência das cifras? Isso é o que me parece inegável.

Mas o quadro não está completo. Há ainda a computar mais 355 milhões, incluídos no orçamento de 1960 para a E.F.A. Ainda examinarei a Estrada de Campos do Jordão, a São Paulo-Minas, a Bragantina, para terminar com a Mogiana.

Antes de fazer êsses exames, requeiro a V. Exa., Sr. Presidente, verificação de presença.

—//—

Discurso pronunciado na 67.ª Sessão Extraordinária do dia 11/10/1960

O SR. HILÁRIO TORLONI (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, dicutiamos, na sessão extraordinária de ontem à noite, o Projeto de lei n. 721-60, de iniciativa do Sr. Governador do Estado, que visa a reajustar as verbas e dotações do exercício vigente. E ao analisarmos esta peça de invulgar importância para a vida financeira, e portanto administrativa, do nosso Estado, confrontávamos o reajustamento solicitado pelo Sr. Governador com o orçamento vigente para 1960, a fim de que, do exame de ambas as peças, pudessemos avaliar quais as dotações que o Executivo previu erradamente no orçamento e quais os problemas administrativos suscitados pelo pedido de reajustamento. Estranhávamos que o Sr. Governador solicitasse um reajustamento de verba no montante bruto de 3 bilhões e 307 milhões de cruzeiros, quando havia afirmado, ao enviar o orçamento para esta Casa, em setembro do ano passado, que a peça orçamentária havia sido elaborada com todo o rigor técnico e consoante as exigências do plano administrativo que havia traçado para o exercício de 1960. Diziamos que apesar de ser o reajustamento uma peça rotineira na vida administrativa do nosso Estado, errava, entretanto, o atual Governador, ao se elogiar a si mesmo, no cuidado que colocou ao elaborar o orçamento para êste ano, não deixando margem a qualquer dúvida da Assembléia Legislativa e do povo de São Paulo quanto à insuficiência das dotações que havia inscrito na peça orçamentária.

Daí a estranheza do êrro de visão cometido, da insuficiência de apreciação e, portanto, da falha da técnica orçamentária ao deixar de prever cêrca de 3 bilhões e 307 milhões de cruzeiros, que é em quanto monta a suplementação solicitada, estranheza que manifestei na sessão de ontem. E, mais uma vez, repito, a esta Assembléia aquilo que venho denunciando de vários anos a esta parte, desde que assumiu a direção dos negócios paulistas o Sr. Jânio Quadros, isto é, a falsificação do orçamento. O orçamento, desde o início do govêrno do Sr. Jânio Quadros, até hoje, vem sendo fraudado, a fim de aparentar à opinião pública, incauta e sem elementos de confronto e sem têrmos de comparação, aparentar um equilíbrio orçamentário que, na realidade, não existe

Ainda no ano passado, o orçamento foi elaborado com uma receita prevista de 83 bilhões e uma despesa de 83 bilhões de cruzeiros. O Governador proclamou, então, ao povo de São Paulo e do Brasil, que o orçamento de São Paulo continuava a se manter...

— (Vozes no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha.) — A Presidência solicita a atenção dos Srs. deputados. Há um orador na tribuna, o nobre deputado Hilário Torloni.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. deputados. Equilibrado, assim, o orçamento, a publicidade do Prof. Carvalho Pinto fêz por todo o Brasil a costumeira atoarda: o equilíbrio orçamentário se proclamava, mais uma vez, como o símbolo da completa e total recuperação financeira do nosso Estado. Agora, vem o Projeto de lei n. 721 que discutimos e que mostra que aquela peça orçamentária estava falsificada. Havia sido fraudada para aparentar um equilíbrio financeiro que na realidade não existia. O desajuste vai à classe, vai ao nível de dois bilhões e setecentos e cinquenta e um milhões de cruzeiros. Portanto, é êste o deficit orçamentário do ano, no exercício de 1960. Entretanto, o Governador de São Paulo não proclama isso à imprensa do nosso Estado nem à opinião pública do nosso país. Deu a entender ao povo brasileiro que o orçamento de São Paulo para êste ano estava equili-